

Espaços de representação e diálogo no Cineclube Trans: comunicação e diversidade na experiência cineclubista do Ncep/UFPR¹

Ana Livia BARBOZA²

Luiza Prado YASUMOTO³

Thiago Tavella FERRARI⁴

Criselli Maria MONTIPÓ⁵

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná

RESUMO

O projeto CineTrans integra o Programa de Extensão Núcleo de Comunicação e Educação Popular (Ncep), do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Baseado na dialogicidade, o projeto nasceu da parceria com representantes e integrantes do movimento LGBTQIAPN+ de Curitiba. O principal intuito é aproximar a comunidade trans da universidade e debater questões ligadas às vivências, a partir de obras audiovisuais. Neste trabalho, a perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021) colabora na análise da experiência coletiva. Desde 2022, foram realizadas sete sessões de exibição de filmes e documentários com foco em aproximar a comunidade e ampliar o debate sobre diversidade e transexualidade.

Palavras-chave: Cinema; Cineclube; Gênero; Transexualidade; Comunicação.

Telona e pipoca na UFPR: Cineclube Trans no Ncep

Fruto de uma parceria com representantes e integrantes do movimento LGBTQIAPN+ de Curitiba, o projeto CineTrans teve início em 2022, inserido no Programa de Extensão Núcleo de Comunicação e Educação Popular (Ncep), do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O Ncep é um programa guarda-chuva que abarca mais três projetos (*A Laje*, *Floresta Edições* e *Educomunicação nas Escolas*), subdivididos em uma dezena de ações de curto, médio, e longo prazo, assim como grupos de estudos, formado por aproximadamente 30 discentes de Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e

¹ Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo Universidade Federal do Paraná (UFPR), email: anabarboza@ufpr.br

³ Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UFPR email: luizayasumoto@ufpr.br

⁴ Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da UFPR, email: thtfer@gmail.com.

⁵ Orientadora do trabalho. Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. E-mail: criselli@gmail.com.

Propaganda. O programa completou 20 anos em 2023 e tem como base a dialogicidade e autonomia, inspiradas na metodologia freireana.

O CineTrans busca estimular que pessoas assistam a obras audiovisuais sobre a temática, com intuito de aproximar a comunidade trans à comunidade acadêmica – a população trans representa a minoria no ensino superior, por ter a escolarização como um direito negado. Portanto, trata-se da construção de um espaço democrático, político e de formação cultural.

A proposta nasceu da aproximação do Ncep com a população trans, em especial, com o Transgrupo Marcela Prado. No primeiro momento da parceria, ainda em 2019, antes do início das exibições cinematográficas, coube ao Ncep conhecer as necessidades do transgrupo e estabelecer ações conjuntas – quase sempre ligadas à visibilidade da temática trans, sempre em atrito com os meios de comunicação, em especial a cobertura policial. Foi quando o grupo de trabalho do Ncep “Marcela Prado” – assim chamado em homenagem a uma mulher trans assassinada – passou a se chamar CineTrans, com o fortalecimento da ideia de clube de exibições audiovisuais.

Além do estudo sobre transgeneridade, transexualidade e transfobia, na forma de artigos (Morvan, 2021) e debates, o CineTrans passou a promover sessões de cinema com temas do universo trans. Para esses encontros, além dos estudantes do Departamento de Comunicação (Decom) e interessados em geral, são chamadas pessoas trans e ativistas, trans ou não, dispostas a rodas de conversa, regadas a pipoca e debates.

Fazem parte do projeto, atualmente, oito extensionistas: Ana Livia Barboza, Ana Luiza Ramos Moretti Ferreira, Evelyn Miranda dos Santos, Gustavo Aleixo de Sousa, Luiza Prado Yasumoto, Natali dos Santos Slusarz Schovarts, Thiago Tavella Ferraz e Tonya da Silva Faustino, acadêmicos dos cursos de jornalismo, relações públicas e publicidade e propaganda. Além disso, os professores José Carlos Fernandes (Zeca) e Criselli Maria Montipó integraram o processo de preparação do cineclube, que conta com o apoio e a supervisão do coordenador do Ncep, professor Zeca.

Durante o processo de divulgação das sessões, a equipe de extensionistas do CineTrans utiliza-se de diversas estratégias de comunicação, como publicações nas redes sociais e disseminação de cartazes em pontos estratégicos da cidade, para que o cineclube atinja o maior número de pessoas possível. Isso se dá a partir do entendimento

de que um projeto de extensão, ainda mais com uma temática de tamanha importância, tem o dever de integração com a comunidade, que muitas das vezes tece um preconceito baseado em ignorância e desinformação.

A perspectiva teórico-metodológica adotada no artigo ancora-se na interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021). Compreendermos que as clivagens sociais são importantes na discussão e na análise sobre o processo de construção da metodologia adotada no CineTrans. Assim, o presente artigo, baseia-se no relato de experiência do projeto e subdivide-se em cinco partes: a apresentação do arcabouço teórico metodológico; a questão da representatividade e do lugar de fala; o fortalecimento de parceria com ativistas e coletivos; o princípio do projeto, de sair dos muros da universidade para chegar na comunidade; e as considerações finais.

Interseccionalidade como perspectiva teórico-metodológica

Neste artigo, analisamos a construção do CineTrans a partir da perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade. Oriunda da epistemologia feminista, a epistemologia interseccional foi construída com base nas experiências de mulheres negras, latinas, indígenas, asiáticas, entre outras. Como se trata de colocar em evidência vivências trans, adotamos a perspectiva interseccional como ferramenta teórica e metodológica, já que esta é apropriada para estudar a vivência humana conectada às experiências (Collins; Bilge, 2021). Além de constituírem-se como lentes de análise, tais entrecruzamentos fazem parte da própria constituição do projeto.

Ao traçar o percurso histórico do conceito de interseccionalidade, a professora e pesquisadora Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018)⁶ evidencia que a apropriação do conceito possibilita o revezamento entre diversas áreas do conhecimento. “Os estudos das relações étnico-raciais, os estudos culturais, de gênero e diversidade sexual, as teorias pós-estruturalistas e pós-coloniais” (Oliveira, 2018, p. 20). Desenvolvido pela jurista negra estadunidense Kimberlé Crenshaw, o conceito destaca as reflexões do feminismo negro dos EUA, das décadas de 1970 e 1980, percurso que já havia sido

⁶ Docente da UFPR. Travesti preta, doutora e mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná; especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, Educação e Ações Afirmativas no Brasil pela Universidade Tuiuti do Paraná; especialista em História da Arte pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná; licenciada em Desenho pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná.

trilhado pelas feministas negras brasileiras na década de 1980 que, conforme Oliveira pontua, já estavam sintonizadas com essas discussões e apresentavam em suas produções teóricas elementos constitutivos de uma interseccionalidade com características nacionais, como é o caso do trabalho intelectual de Lélia Gonzalez⁷.

Para Oliveira (2018), o debate interseccional permite colocar em evidência reflexões que emergem de setores variados de sociedade brasileira, como o movimento social de negras e negros, o movimento LGBTQIAPN+, o movimento feminista, entre outros. “Nenhuma categoria aqui debatida é tratada como algo estático, fixo, cristalizado, numa oposição declarada às visões essencialistas que generalizam existências e desconsideram os múltiplos processos que as envolvem” (Oliveira, 2018, p. 20).

Aqui, adotamos a noção de interseccionalidade como lentes de análise na construção da categoria de transgeneridade, importante para a concepção do CineTrans. No entanto, é preciso olhar também para a cisgeneridade. A categoria de cisgeneridade é proposta pela transexual Julia Serano, em 2007⁸. Nesta concepção, a cisgeneridade indica a existência de uma norma que produz efeitos de ideal regulatório, ou seja, efeitos de expectativas e universalização da experiência humana.

Em termos gerais, o que diferentes ativistas e os movimentos transfeministas têm proposto é que a norma cisgênera é uma das matrizes normativas das estruturas sociais, políticas e patriarcais, cujos ideais regulatórios produzem efeitos de vida e de atribuição identitária extremamente rígidos. A atribuição identitária, de forma compulsória no momento de registro de cada pessoa, define e naturaliza a designação de uma pessoa a um dos polos do sistema de sexo/gênero ao nascer, a partir de uma leitura restrita, a partir de uma leitura restrita que intersecciona as verdades entre medicina e direito. Além disso, a norma cisgênera afirma que essa designação é imutável, fixa, cristalizada ao longo da vida da pessoa (Cidade; Bicalho, 2016, p. 113).

Portanto, o conceito de interseccionalidade, como defende Oliveira (2018), permite analisar as estruturas sociais, as representações simbólicas e as subjetividades que, naturalizadas produzem e reproduzem as desigualdades de gênero, de identidade de gênero, orientação sexual, classe, geração, capacidades e raça em nossa sociedade. É

⁷Lélia Gonzalez nasceu em Minas Gerais em 1935. Foi filósofa, socióloga, antropóloga, professora e militante do movimento negro. Faleceu em 1994 no Rio de Janeiro.

⁸ A discussão de Julia Serano é apresentada na obra *Whipping girl: a transsexual Woman on sexism and the scapegoating offemininity*, publicada em 2007.

nesta perspectiva que o CineTrans foi idealizado, de modo a respeitar a representatividade e o lugar de fala, que serão discutidos a seguir.

Representatividade e lugar de fala

Ao longo das duas décadas de atuação na UFPR, o Ncep tem como base o pensamento do educador Paulo Freire. A experiência junto aos movimentos sociais é fundamental para que extensionistas tenham oportunidade de vivenciar experiências nas comunidades, com foco em populações em situação de vulnerabilidade social. Assim, o processo dialógico e horizontalizado do programa é a principal diretriz de todas as ações, especialmente do CineTrans.

Karollyne Nascimento, primeira ouvidora externa trans eleita no país para atuar na Defensoria Pública do Paraná (DPPR), é parceira do Ncep desde 2016 e desempenhou papel importante para aproximação do grupo com a temática. Durante as conversas, ela relatou desde experiências pessoais, até vivências coletivas marcadas por estigma e suscetível a diversas formas de violência – como a realidade de mulheres trans e travestis presas. Karoll também levantou a reflexão sobre o distanciamento, ou abismo em suas palavras, entre as pessoas trans e a universidade. “A rua é o nosso lugar”, pontua sobre a transfobia existente no meio acadêmico (Nascimento, 2022, sp).



FIGURA 1 – Reuniões para início do projeto com Karollyne Nascimento, primeira ouvidora externa trans eleita no DPPR. Arquivo Ncep (2022)

A partir dessas reuniões, discutiu-se como a comunicação e a educação popular poderiam colaborar na luta contra as violências físicas e simbólicas vivenciadas pela população trans. Para tanto, a discussão sobre lugar de fala torna-se pertinente. Para Ribeiro (2019), discutir lugar de fala é refletir sobre os lugares sociais dos grupos, o que implica, também, compreender posições sociais e capitais simbólicos, que configuram lugares estabelecidos socialmente a partir de poder e controle. É importante demarcar, que neste mesmo entendimento, pessoas cisgênero devem participar do debate, uma vez que as relações de poder, opressão e exclusão não existem em um vácuo. Mesmo a ideia de uma estrutura que perpassa os indivíduos não deixa de abordar esses aspectos individuais, para entender a posição de pessoas trans dentro da sociedade é necessário entender também a posição das pessoas cis, da cisgeneridade como construto e suas implicações. E principalmente, a construção de um ambiente mais seguro dentro de espaços que seguem uma lógica mais aberta, como é a universidade, também exigem a mobilização daqueles que estão dentro desse espaço.

Gonzaga e Andrade (2012) definem lugar de fala como "um espaço coletivo para a discussão sobre dificuldades relacionais, de aprendizagens, para trocas de experiências vivenciadas no cotidiano escolar e para tomar decisões" (p. 90). A construção desses espaços onde não apenas indivíduos, mas coletivos se reúnem para compartilharem suas reivindicações, é significativo para a politização da luta contra o silenciamento em espaços de opressão. É essencial reconhecer que esses espaços já existem, a opressão estrutural exige dos movimentos de luta a ocupação de mais lugares de resistência.

Há uma sub-representação de pessoas trans em todos os estratos sociais. Inclusive, há invisibilidade inclusive sobre quantas são no Brasil. As estatísticas oficiais sobre a população trans no Brasil devem ser divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) somente no último trimestre de 2024. Essa falta de dados oficiais dificulta a criação de políticas públicas para a população trans.

O dado mais atual é um levantamento de 2021, realizado pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB/Unesp). A pesquisa, considerada inédita na América Latina, apontou que cerca de 3 milhões de pessoas no Brasil – aproximadamente 2% da população adulta – se consideram pessoas

transgêneras ou não-binárias. No que se refere ao ensino superior, os dados também estão defasados. Em 2018, pessoas trans representavam 0,3% da população universitária federal no Brasil, segundo levantamento do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA)⁹.

Assim, ao longo de 2022 foram feitas outras parcerias para o desenho da proposta do CineTrans com pessoas protagonistas. Da lista de convidados, por exemplo, fez parte, dentre outros, Fabian Algarte da Silva, Secretário Executivo do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat) e coordenador nacional da Área de Homens Trans e Transmasculinidades na Aliança Nacional LGBTI+; a ativista Marise Félix, criadora do grupo de apoio *Mães pela Diversidade*; e Silvia Mara Camargo Kreuz, autora de *Um Café na Fronteira: a missão de mães cristãs no acolhimento de filhos LGBTQIAPN+*.



FIGURA 2 – Reuniões com ativistas para escuta e desenho da proposta. Arquivo Ncep (2022)

Esta formatação das sessões é baseada na práxis, no sentido de não dualidade entre teoria e prática, para compreender as experiências e as diversas camadas das vivências trans. A partir dessa compreensão, se prioriza o fazer “com” e não o fazer “para” (Gómez, 2014). Também busca-se compreender como se dá a representatividade de pessoas trans no audiovisual. A prioridade é selecionar filmes e documentários com protagonistas trans, bem como com direção e equipe de produção composta por pessoas trans. Os bastidores de produção audiovisual são objeto de discussão sobre como o

⁹ O Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA) é um núcleo de pesquisa com inscrição no CNPq e sede no IESP-UERJ: Para mais detalhes: <https://gema.iesp.uerj.br/>

campo da comunicação e do cinema ainda estão restritos para pessoas cis e brancas, em lugares sociais de privilégio.

Assim, cada sessão é um espaço para que as vivências trans sejam exibidas e discutidas além da ótica que é estabelecida pela grande indústria cultural. Mesmo quando as produções não são necessariamente feitas por ou sob a ótica de pessoas trans, as discussões levantadas acabam retirando esse véu que é muitas vezes imposto sobre as obras.

Parcerias com ativistas e coletivos

Além das parcerias firmadas desde 2022, o Ncep firmou uma nova parceria com o Diversicom, coletivo de diversidade sexual e de gênero do Departamento de Comunicação da UFPR, e com o Coletivo Trans Gilda, passo que alinha as intenções do projeto como um espaço de pertencimento e fortalecimento da comunidade transsexual dentro e fora da universidade.

O Coletivo Trans Gilda UFPR, é um coletivo recém formado de pessoas trans para pessoas trans ou não conformes com o gênero imposto ao nascimento. Em 22 de abril de 2024 foi realizada uma plenária com pessoas trans que estudam ou estudaram na UFPR, visando discutir demandas da comunidade. Nasce, então, o coletivo que tem a proposta política de promover ações para melhorar a vida de pessoas trans na universidade e na cidade em geral, como a promoção do uso do nome social (reformulação da normativa), processo de retificação e melhor conforto no uso das instalações. Além disso, sua proposta social é acolher pessoas trans dentro da universidade e promover sua socialização em eventos, encontros, rodas de conversa, etc. Não obstante, o coletivo visa a interação de pesquisa para e com as pessoas trans no espaço acadêmico.

A parceria foi alinhada a partir do contato de ncepers participantes do CineTrans com integrantes do Coletivo Gilda por meio das redes sociais e a coincidência de objetivos e valores entre os projetos encontrou o desejo de que as sessões contassem com o olhar de pessoas trans desde a concepção de cada encontro, como foi feito na última sessão, realizada oficialmente pela parceria entre o Ncep e o Coletivo Gilda.



FIGURA 3 - Parceria do CineTrans com o Coletivo Gilda/ Fonte: Arquivo Ncep (2024)

O alicerce que fundamenta o cineclube é a dialogicidade para a construção de um lugar de resistência com, e não para, a comunidade transsexual. Dessa forma, a representatividade desde na produção dos filmes, até na mediação dos debates, são essenciais. Membros do recém formado coletivo já somavam às sessões do cineclube desde o início do projeto, e participaram ativamente da organização das próximas sessões.

Projetos como o Cineclube Trans assumem o papel de, em espaços de invisibilização dos coletivos, como a universidade, de identificar e ampliar esses lugares por meio da identificação de suas demandas. No evento Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans, realizado nos dias 11 e 12 de de junho de 2020, em São Paulo, Silvana Mara de Moraes Santos, sobre Transdiversidade, Direitos e Serviço Social declarou:

O encontro desse sujeito singular com outros sujeitos que também estão vivendo formas de opressão, dá esse caráter político das lutas de vários movimentos sociais, que, em geral, começam com poucos sujeitos e que vivem a busca de agregar tantos outros/ as que vão encontrando, pelo seu cotidiano o silenciamento e o apagamento da sua existência (Santos, 2020).

O diálogo, que baliza as sessões do cineclube, é essencial para que as reivindicações de pessoas trans tornem-se públicas. É potencializador, nesse contexto, a

participação de coletivos já consolidados nas discussões. Sobre a expressão da luta coletiva, reitera Silvana:

O processo de tornar públicas aquelas reivindicações e, muitas vezes, também, o processo de tornar coletiva a luta. Aqui, teríamos que combinar a importância tanto da expressão singular do sujeito que fala, que consegue, apesar das dificuldades históricas de ter sido colocado no lugar de subalternidade, criar pontes de resistência para mostrar onde e como está sendo oprimido (Santos, 2020).

O cineclube torna-se um local de acolhimento, representatividade e cumplicidade para pessoas trans no país que mais mata essa população pelo 15º ano seguido, segundo o dossiê *Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023*. A importância de um projeto extensionista como esse é nítida, já que, ao levar a discussão sobre a questão transgênera para fora dos muros da universidade, visando um debate democrático, baseado em obras audiovisuais, as trocas são baseadas em conhecimentos acadêmicos, bem como em verdadeiras e plurais vivências transgêneras.

Sessões de cinema para expandir os muros da universidade

O CineTrans vem para suprir uma carência sobretudo da academia brasileira, que ainda é, muitas vezes, um espaço hostil para pessoas trans. Dessa forma, há um preparo preliminar que busca fazer das sessões espaços acolhedores e de dialogicidade. Para que isso aconteça, são delegadas funções dentro do grupo.

Os mediadores assistem ao filme a ser exibido e fazem pesquisa prévia, tanto a respeito da película, quanto à figura do debatedor. Fica a cargo de um extensionista realizar a comunicação com parceiros e participantes recorrentes. Além disso, há a divulgação em redes sociais e espaços públicos, realizadas por dois integrantes do grupo. Há também um responsável pelo filme, que busca em que plataforma está disponível e realiza a testagem de áudio e vídeo. Por último, cerca de dois discentes se encarregam de produzir e servir pipoca e refrigerante. A duração dos encontros é de, em média, duas horas, cerca de uma hora e meia de exibição do filme e aproximadamente meia hora para a realização do debate.

A primeira sessão do CineTrans foi realizada no final do semestre letivo de 2022, no dia 15 de dezembro de 2022, de forma a constituir uma versão piloto, com uma sessão aberta apenas para extensionistas do Ncep. A exibição do documentário *Laerte-se*, de 2017, dirigido por Lygia Barbosa e Eliane Brum, e produzido em coautoria com a própria personagem Laerte Coutinho, retrata a vida da cartunista que, aos 58 anos de idade, descobriu-se transformista e, posteriormente, uma mulher trans.



FIGURA 4 - Primeira sessão do CineTrans / Fonte: Arquivo Ncep (2022)

A sessão contou com a mediação da extensionista Clarissa Cristina Marcelino Freiberger, uma das idealizadoras do CineTrans. Ao final da exibição, Fabian Algarte da Silva, do Ibrat; Marise Félix e Silvia Mara Camargo Kreuz, mães que integram o acolhimento de filhos LGBTQIAPN+ foram convidados a integrar a roda de conversa.

A segunda sessão do CineTrans foi realizada no primeiro semestre de 2023, no dia 6 de maio. Nesta sessão aberta ao público em geral, houve cerca de 40 inscritos. Derick Cordeiro, ativista do movimento trans e estudante de História - Memória e Imagem da UFPR foi convidado a ser o debatedor. Os extensionistas Maria Regina Guimarães de Souza e Evelyn Miranda dos Santos mediarão a sessão. O filme escolhido foi *A morte e a vida de Marsha P. Johnson*, de 2017, que acompanha a investigação realizada pela ativista Victoria Cruz sobre a morte de sua amiga Marsha P. Johnson, em 1992.

A terceira sessão buscou ocupar outros espaços da universidade, para além do Departamento de Comunicação Social, a fim de integrar e aproximar novos estudantes e ativistas. Foi realizada no auditório do Prédio da Reitoria, no centro de Curitiba. O filme

exibido foi *Paloma*. Sempre mantendo vivas as nossas parcerias, o debatedor da vez foi Fabian Algarte da Silva. A discussão teve como mediadores Luísa de Cássia Sousa e Silva e Thiago Tavella Ferrari.

Tendo como objeto de debate um filme ficcional, muito foi abordado a respeito da representação trans em narrativas que não necessariamente são calcadas apenas em eventos específicos ou perspectivas documentais. Comentários a respeito da representação de sentimentos como alegria, prazer e vivência em comunidade de pessoas trans foram feitos partindo não apenas do debatedor, mas de pessoas trans que participaram da sessão.



FIGURA 5- Terceira sessão do CineTrans / Fonte: Arquivo Ncep (2023)

A quarta sessão ocorreu durante o evento em comemoração aos 20 anos do Ncep, denominada *Semana da Educomunicação*. Foi realizada no auditório do Sacod, onde foi exibido o filme *Alice Júnior*. O debate foi conduzido por Vaguelis Silva, discente do curso de Artes Visuais pela UFPR e primeira presidente transgênera da Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC). Nessa sessão, ao refletir sobre o filme, o debate se pautou principalmente na infância e adolescência de pessoas trans. A mediação foi de Alana Morzelli Siqueira e Giovani Pereira Sella.

A quinta sessão foi realizada no dia 13 de abril, na Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná (CEU). Dessa vez, foi exibido o documentário *Transversais*. O debate foi presidido por Atena Gabriela Silva Souza, moradora da CEU, acadêmica de Comunicação Organizacional na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

e presidente do Centro Acadêmico de Comunicação (CAC) da UTFPR. A sessão foi mediada pelas extensionistas Ana Livia Barboza e Luiza Yasumoto.

Além de ser um espaço democrático, a escolha pela Casa do Estudante como local de realização da sessão e de Atena como debatedora foi simbólica, já que recentemente a estudante havia sido vítima de um episódio de transfobia na CEU. A realização do cineclube ocorreu como forma de protesto contra o silenciamento de vozes trans nos espaços universitários, assim como aconteceu também com Derick, que viveu situação semelhante.

A sexta sessão ocorreu no dia 28 de junho, data escolhida estrategicamente por ser quando se celebra o dia internacional do orgulho LGBTQIAPN+. Foi a primeira sessão realizada em conjunto com o Coletivo Diversicom e com o Coletivo Trans Gilda, parceria já detalhada na seção anterior. A exibição ocorreu no Anfiteatro 800 do edifício Dom Pedro I da Reitoria UFPR.



FIGURA 6 - Primeira sessão do CineTrans em parceria com o Coletivo Gilda, com exibição do filme *Valentina*/ Fonte: Arquivo Ncep (2024)

A exibição contou com um filme de produção nacional, *Valentina*, sobre a história comovente de uma jovem menina trans, que aos 17 anos enfrenta os desafios de ter sua identidade desrespeitada após mudar-se com sua mãe para uma cidade no interior de Minas Gerais. A roda de conversa foi conduzida por Brenda Ferrari, professora, escritora e responsável por coordenar a Secretária da Diversidade no governo estadual de Requião. Brenda, assim como Valentina, teve de enfrentar a vida no

interior. Felizmente, diferente da protagonista, ela conta com uma vasta rede de apoio em sua vida. A mediação foi de Ana Luiza Moretti e Tonya Faustino.

O debate tratou a respeito das vivências de Brenda e de pessoas trans no contexto da educação e das cidades pequenas, como foi pautado principalmente pelo filme. Comentários foram feitos a respeito das intersecções e a falta de apoio que ocasionam a evasão escolar dentre pessoas trans, um dos principais temas presentes dentro do filme. Além disso, relatos a respeito das transformações que a educação faz enquanto caminho para esses indivíduos foram compartilhados não só por Brenda, mas por membros da plateia, como uma das fundadoras do Coletivo Trans Gilda, Larissa, que comentou sua difícil jornada para e pela UFPR, afirmando como a sua participação dentro do ambiente universitário foi transformador não só do ponto de vista individual, mas coletivo e político.

As discussões também perpassam assuntos levantados pelo filme no âmbito interpessoal, que vem de uma raiz coletiva dentro da sociedade, como o nome social e a autoestima de pessoas trans durante a puberdade e o ensino médio. As sete sessões realizadas até julho de 2024 reuniram mais de 20 estudantes extensionistas no planejamento e organização das atividades, além de dois professores. Entre o público, foram cerca de 200 pessoas cis, trans e não-binárias participantes, no total. O intuito é alcançar mais pessoas e ampliar ainda mais a diversidade dos debates.

Considerações finais

A partir da perspectiva interseccional, o Cineclube - que surgiu como grupo de estudo na pequena sala do Ncep - atrás dos muros do campus de Comunicação da UFPR, já ultrapassou espaços e entusiasmou o diálogo entre a universidade e a comunidade trans, visando, sempre, o seu protagonismo. O projeto tem contribuído com a formação de estudantes de comunicação mais atentos às questões da diversidade, especialmente com relação às potencialidades da mídia em construir e desconstruir estereótipos, e na necessidade de produções audiovisuais que respeitem lugares sociais e privilegiem as vivências trans.

Em tempos onde a temática trans é, por vezes, tratada com rechaço por figuras de extrema direita e, por outro lado, a luta de pessoas trans por seus direitos toma cada

vez mais atenção da sociedade, o cineclube demonstra ser uma importante conexão para a universidade com a comunidade e vice-versa. Para além da simples exibição de produções audiovisuais com protagonismo trans, o projeto instiga o debate a respeito não só das vivências da comunidade, mas da representação delas dentro do espaço midiático, ao mesmo tempo que auxilia a inserção delas no meio acadêmico.

Estratégias de divulgação mais intensas e com oportunidade de integração com outro campus da universidade têm levado públicos mais diversos às sessões. São criados e fortalecidos vínculos com os extensionistas por meio da dialogicidade, da reflexão para a formação cultural, social e política de todos os envolvidos no projeto. A partir de uma abordagem interseccional, é possível descobrir novos olhares e caminhos para a diversidade e inclusão na universidade, fortalecendo subjetividades e sujeitos políticos em diversas clivagens sociais. As perspectivas futuras incluem expandir os públicos e experimentar a produção de materiais audiovisuais em parceria com pessoas trans da comunidade.

Referências

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em 27 jun. 2024.

CIDADE, Maria Luiza Rovaris; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. **Psicologia e governamentalidade: sexo e gênero em debate**. Revista Epos, v. 7, n. 1, p. 110-132, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

GÓMEZ, G. O. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagem e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

GONZAGA, K. R. V. & Andrade, F. C. B. **Lugar de fala: psicanálise e gestão docente da indisciplina**. *Estudos de Psicanálise*, n.38, p. 89-96.

JORGE, Marcos do Amaral. **Estudo pioneiro na América Latina mapeia adultos transgêneros e não-binários no Brasil**. Jornal Unesp, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/11/12/estudo-pioneiro-na-america-latina-mapeia-adultos-transgeneros-e-nao-binarios-no-brasil/>. Acesso: 18 jul. 2024.

MORVAN, Izabela (et al). **Jornalismo e Diversidade**: as representações da transexualidade na Folha de S. Paulo nos anos de 2010 e 2020. In: Anais 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2021.

NASCIMENTO, Karollyne. **Depoimento sobre desafios enfrentados por pessoas trans**. Equipe Ncep, 2022.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O que não tem nome não existe! Feminismo negro e o percurso histórico do conceito de Interseccionalidade. In: OLIVEIRA, Ligia Ziggotti de; CUNHA, Josafá Moreira da; KIRCHHOFF, Rafael dos Santos (Orgs). **Educação e interseccionalidades**. 1ª. ed. Curitiba: Ed. NEAB UFPR, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

SANTOS, Silvana Morais. **Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans**: Exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate. 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf>. Acesso em 27 jun. 2024.